

PARA LER O MUNDO NAS PÁGINAS DA TERRA: UMA LEITURA SOCIOAMBIENTAL DE *TERRA SONÂMBULA*, DE MIA COUTO

[TO READ THE WORLD ON THE PAGES OF THE EARTH:
A SOCIO-ENVIRONMENTAL READING OF *TERRA SONÂMBULA*, BY MIA COUTO]

JOSÉ WELTON FERREIRA DOS SANTOS JUNIORⁱ

ORCID 0000-0002-6720-1064

Universidade do Estado da Bahia – Seabra, BA, Brasil

Universidade de São Paulo – São Paulo, SP, Brasil

REJANE VECCHIA DA ROCHA E SILVAⁱⁱ

ORCID 0000-0003-4851-7298

Universidade de São Paulo – São Paulo, SP, Brasil

Resumo: Este texto pretende investigar a produção ficcional de Mia Couto em diálogo com sua produção não-ficcional, mapeando possíveis relações entre literatura e meio ambiente. Para tanto, a partir de uma perspectiva comparada e interdisciplinar, o romance *Terra Sonâmbula* (2007) e alguns textos não-ficcionais presentes na coletânea *E se Obama fosse africano?: e outras interinvenções* (2011) serão confrontados com as formulações teóricas da Ecologia Política, a fim de problematizar as perspectivas socioambientais presentes nos textos de Couto em diálogo com alguns agenciamentos políticos a partir da experiência histórica de Moçambique.

Palavras-chave: Literatura; Cultura; Meio ambiente; Moçambique

Abstract: This text aims to investigate Mia Couto's fictional production in dialogue with his non-fictional production, mapping possible links between literature and environment. Therefore, from a comparative and interdisciplinary perspective, the novel *Terra Sonâmbula* (2007) and some non-fictional texts present in the collection *E se Obama fosse africano?: e outras interinvenções* (2011) will be confronted with the theoretical formulations of Political Ecology, in order to problematize the socio-environmental perspectives present in Couto's texts in dialogue with some political agencies from the historical experience of Mozambique.

Keywords: Literature; Culture; Environment; Mozambique

Introdução

Entre duas práticas discursivas aparentemente distantes, a biologia e a literatura, Mia Couto se afirma como uma das vozes mais destacadas da literatura moçambicana. Esta posição de fronteira, nos últimos anos, tem sido destacada como um dado fundamental para compreensão de sua obra, tendo em vista que a vivência como biólogo no território moçambicano emerge como referência para sua criação ficcional, reiterando o diálogo com as cosmovisões das populações locais, conforme o próprio autor, em relato autobiográfico, explica:

Sou biólogo e viajo muito pela savana do meu país. Nessas regiões encontro gente que não sabe ler livros. Mas que sabe ler o seu mundo. Nesse universo de outros saberes, sou eu o analfabeto. Não sei ler sinais da terra, das árvores e dos bichos. Não sei ler nuvens, nem o prenúncio das chuvas. Não sei falar com os mortos, perdi o contacto com os antepassados que nos concedem o sentido e a eternidade. Nessas visitas que faço à savana, vou aprendendo sensibilidades que me ajudam a sair de mim e a afastar-me das minhas certezas. Nesse território, eu não tenho apenas sonhos. Eu sou sonhável. (COUTO, 2011, p. 15)

No fragmento acima, retirado de um de seus textos não-ficcionais, é possível identificar a presença de temas que atravessam, com maior ou menor ênfase, sua produção. Moçambique, suas gentes, seu território e sua natureza se organizam em torno de um complexo sistema a partir do qual o autor questiona a realidade social, destacando as relações de contiguidade entre sujeitos, culturas e meio ambiente. Além disso, seus saberes incorporados ao texto literário representam um universo de sensibilidades para além do reducionismo operado pelo colonialismo e suas estratégias simbólicas e concretas de opressão.

Estaríamos, portanto, diante de um contexto histórico compreendido também como ecossistema, no qual as mais diferentes formas de vida manteriam uma relação de interdependência e de reciprocidade, traduzidas como linguagem e diversidade no interior da ficção. Nesse sentido, vale observar a justaposição entre uma explicação biológica e cultural para a diversidade quando o autor trata das dinâmicas entre línguas e culturas em Moçambique:

[...] as línguas salvam-se se a cultura em que se inserem se mantiver dinâmica. Do mesmo modo, as espécies se salvam se os seus habitats e os processos naturais forem preservados.

As culturas sobrevivem enquanto se mantiverem produtivas, enquanto forem sujeitos de mudança e elas próprias dialogarem e se mestiçarem com outras culturas. As línguas e as culturas fazem como as criaturas: trocam genes e inventam simbioses como respostas aos desafios do tempo e do ambiente. (COUTO, 2011, p. 16)

A partir da explicação de um processo biológico, o fragmento sinaliza para uma questão urgente do contexto moçambicano: a permanência das línguas nativas. Dessa forma, indica a possibilidade de reavaliação do contexto colonial e da construção da nação que situou a língua portuguesa em posição hegemônica, ameaçando, em certa medida, a existência das demais línguas. Contudo, a dinâmica de que fala Couto (2011) se efetua nas interações com a oralidade, que, no seu texto ficcional, aparece como dado que relativiza a hegemonia da língua portuguesa e investe em “simbioses” produtoras de um texto marcado pela diferença cultural. Nesse sentido, a cultura se torna espaço de tensões a partir do qual as comunidades locais reivindicam a afirmação de um patrimônio cultural (ZANIRATO; RIBEIRO, 2007).

É preciso considerar, ainda, o modo pelo qual o contexto socioambiental se define como elemento constitutivo das cosmovisões das populações camponesas, uma vez que a experiência histórica desse contingente ocorre em profundo diálogo com suas interações com a terra e com o território. Não à toa, a história de Moçambique em meio à luta de libertação, nos anos de 1960, tornou as *machambas* e as comunidades rurais símbolos de resistência ao colonialismo, fazendo emergir um projeto de nação aderido, até certo ponto, aos vínculos telúricos. Esse fato é frequentemente ressignificado na literatura moçambicana, tornando as populações rurais um importante elemento no complexo amálgama da nação. Na produção de Couto, isso pode ser evidenciado nas várias incursões simbólicas pelas narrativas da população rural de Moçambique.

Dessa maneira, as inquietações de Mia Couto articulam as práticas culturais antigas que configuram o cotidiano das pessoas naqueles contextos aos processos políticos e sociais que marcam a contemporaneidade dos Estados-nação africanos, considerando dinâmicas que movimentam jogos geopolíticos nas esferas interna e externa.

Em oposição a uma visão redutora e a divisões equivocadas, Couto (2005, p. 61) adverte: “A oposição entre o tradicional — visto como o lado puro e não contaminado da cultura africana — e o moderno é uma falsa contradição. Porque o imaginário rural é

também produto de trocas entre mundos culturais diferentes”. A textualidade de Couto, portanto, sinaliza para um complexo cenário no qual planos culturais diversos entram em diálogo, recusando dicotomias e apostando na potencialidade criadora das contradições e das descontinuidades.

Nesse sentido, o exame de sua produção ensaística, sobretudo seu livro *E se Obama fosse africano?: e outras interinvenções* (2011), aponta para um atual estágio de sua produção no qual sua atuação como biólogo tem sido reiterada, e as metáforas biológicas nela contidas indicam um roteiro para leitura de sua obra ficcional que é atravessada por uma geopolítica atenta às questões e aos debates socioambientais da contemporaneidade. Com isso, o exercício de leitura do romance *Terra Sonâmbula* (2007) aqui empreendido amplia as dimensões de sua fortuna crítica, ao passo que confere à ficção um papel decisivo para particularizar e subjetivar a questão socioambiental. Desse modo, o trânsito entre a ficção e as *interinvenções*, como o autor nomeia os textos híbridos que compõem sua segunda coletânea de textos não-ficcionais, se apresenta como uma possível articulação entre o universo biológico, cultural e histórico, evidenciando um movimento contemporâneo que, marcado pela interdisciplinaridade, pretende ler o mundo em termos complexos.

Segundo Eduardo Coutinho (2006), a Literatura Comparada tem como traço característico a transversalidade. Isso se torna perceptível no próprio desenvolvimento da disciplina, que se deslocou da investigação entre fontes e influências até desembocar em um profícuo lugar de múltiplas referências, no qual seus objetos e métodos se multiplicam de forma considerável.

Atentos a isso, nossa perspectiva investe tanto no exercício interdisciplinar quanto numa tentativa de abertura epistemológica consciente das dinâmicas geopolíticas da produção do saber e dos regimes de representação. Dessa forma, ao inscrever textualidades que falam a partir de um *locus* periférico, ganha vida um campo de debate marcado pelas questões de dependência cultural e dos candentes diálogos Sul-Sul, na medida em que produzem a crítica ao modelo neoliberal ancorado nas estratégias de controle e exploração advindas do Norte.

Sob o rótulo de Ecocrítica, trabalhos que retomam o tema da “crise ecológica” para desenvolver leituras que colocam no centro da análise a relação do homem com o meio ambiente e todas as questões que daí emergem vêm se destacando nas últimas

décadas. O amplo espectro de estudiosos da área marca a heterogeneidade do campo e o define como leituras diversas que evidenciam um novo fôlego para a crítica da cultura. As primeiras correntes surgidas no Reino Unido e na América do Norte, nos anos 1990, recuam sua gênese para os estudos de Raymond Williams sobre as classes operárias da Inglaterra nos anos de 1950. Hoje, a Ecocrítica se multiplica em diversas correntes, tendo sido publicada no Brasil a coletânea *Ecocrítica*, de Greg Garrar, em 2006, na qual é realizado um percurso de apresentação de seus principais temas e questões.

Ao traçar uma genealogia possível dos estudos das relações entre literatura e meio ambiente, encontramos *O campo e a cidade* (1990), de Raymond Williams, cujas intenções apontam para o mapeamento da literatura ao longo dos séculos XIX e XX diante do processo de urbanização e, portanto, de expansão do capitalismo industrial, na reconfiguração humana e territorial que ganha corpo na Europa e se torna problemática para a literatura, ocupada, entre outras condições, em tensionar dialeticamente camponeses e população urbana. Esse modelo analítico, em muitos casos, permitiu analisar o processo de desenvolvimento econômico que se manteve no horizonte da ideia de modernização em muitos contextos da periferia do capital, como é o caso de Moçambique.

A perspectiva crítica de Ecologia Política se situa, ainda, como importante instrumento teórico que permitirá verificar os limites do eco criticismo e sua ênfase culturalista. Ao associar as estratégias ficcionais de Mia Couto e o discurso analítico da Ecologia Política, pretende-se investir em uma relação de “homologias estruturais”, como quer Aijaz Ahmad (2002, p. 14), a partir das quais questionamos tanto as relações entre causa e efeito como também a autonomia do âmbito da cultura.

A Literatura e as questões socioambientais: alguns apontamentos

No contexto contemporâneo, as questões socioambientais emergem como importante tema que convoca à reflexão teórica e à ação política. Estaríamos, pois, diante de um cenário que materialmente representa um processo de apropriação equivocada da natureza pela humanidade, produzindo um conjunto de narrativas que traduzem em linguagem o alcance da degradação socioambiental em curso. Com o avanço do modo de produção capitalista e sua busca permanente pelo lucro, a natureza, entendida como fonte

de recursos, foi e é ainda um objeto de desejo que, muito frequentemente, tem seu valor reduzido às dinâmicas financeiras do mercado. Diante disso, ao longo do século XX, ganham relevo as evidências de uma desordem climática e natural, que, se não é produto exclusivo da produção e reprodução da sociedade moderna capitalista, é muito influenciada pelo modo como o meio ambiente vem sendo concebido nas dinâmicas socioeconômicas dessa mesma sociedade. Um exemplo disso foi a expansão no uso de combustíveis fósseis para a produção de energia cujos efeitos, durante muito tempo, não foram equacionados.

Os padrões consumistas e os anseios por um desenvolvimento econômico desarticulado dos impactos ambientais foram as palavras de ordem que garantiram a aceleração industrial em meados do século XX, conformando um modelo que migrou dos países centrais para a periferia. Esse modelo de desenvolvimento foi marcado por um rastro de destruição e, do ponto de vista ambiental, somente na década de 1970 seria confrontado de forma mais consistente e articulada, quando diversas nações, diante dos contextos de mudanças climática em virtude da emissão de gases poluentes, decidiram se reunir e debater a questão, definindo uma agenda socioambiental atenta aos limites do modelo de crescimento constituído pelo progresso e pela industrialização.

Da Conferência de Estocolmo (1972) até as conferências mais recentes sobre o meio ambiente, com maior ou menor sucesso, nações centrais e periféricas têm mobilizado esforços no sentido de refletir e agir sobre o problema socioambiental. Se o debate por algum tempo se manteve na esfera macro, hoje a evidência de transformações climáticas e a presença constante de catástrofes ambientais apontam para efeitos concretos na paisagem social nos mais diversos pontos do globo. Acrescente-se a isso o protagonismo das corporações empresariais que quase sempre têm se revelado como agentes significativos naquilo que antes era compreendido como fatalidades ou acidentes naturais.

Tais processos têm convocado uma resposta urgente. Nesse sentido, Mia Couto, ao assumir sua posição fronteira entre a literatura e a biologia, coloca perspectivas socioambientais que trazem a realidade de Moçambique frente a seus desafios para a permanência dos ecossistemas locais e para o enfrentamento dos efeitos da crise socioambiental no contexto moçambicano. Todavia, esse discurso atravessa os limites do território de seu país e se espraia em uma posição ética muito mais ampla que convoca os seres humanos a refletir sobre sua relação simbólica e concreta com a natureza.

Diante disso, Mia Couto nos convida a ler os sinais da natureza e sinaliza para sua/nossa incapacidade de fazê-lo na conjuntura atual. Aponta, ainda, para uma agenda política que propõe pensar a cultura e o meio ambiente como aspectos da vida humana e interdependentes entre si, rasurando, portanto, uma pretensa oposição entre cultura e natureza. Dessa maneira, reiterando o diálogo entre literatura e ecologia, Mia Couto apela para uma sensibilidade que coloca o desafio de “pensar o ser humano na totalidade tensa e complexa de suas dimensões biológica e sócio-cultural” (PÁDUA, 2010, p. 91-92); afinal “a realidade de que o ser humano histórico está tão inescapavelmente imerso na cultura e na linguagem quanto na ecosfera” (PÁDUA, 2010, p. 91).

A escritura de Couto evoca a conjuntura histórica formada ainda no colonialismo na qual a ocupação do território e a exploração dos recursos naturais e humanos se constituem como exemplo evidente das complexas relações entre sujeitos e meio ambiente, tendo em vista que as estratégias de dominação conjugam esforços em torno dos corpos e da paisagem. Com isso, os impactos nos ecossistemas convivem com uma espécie de interrupção nos modos de apropriação dos recursos dispostos no território, transformando este em objeto da conquista colonialista e em espaço de produção e reprodução voltado para os interesses da metrópole. Nesse sentido, ao narrar suas incursões nos contextos rurais de Moçambique, Couto sinaliza para sua participação, por exemplo, nos projetos de preservação nos quais têm atuado no país nos últimos anos, evidenciando experiências de contato com populações mantidas à margem dos poderes hegemônicos e, por isso mesmo, mantenedoras de modos de vida e de produção em maior equilíbrio com o meio ambiente. Nesse sentido, ganha destaque o projeto de conservação da Ilha de Inhaca, episódio biográfico motivador de formulações narrativas importantes do autor.

Na atualidade, no entanto, o contexto moçambicano apresenta os resultados de um processo histórico que conduziu à independência, mas produziu sérios problemas na gestão política e na consolidação econômica do país, tendo como consequência dados alarmantes de níveis de pobreza e de desigualdade, sob os auspícios de uma política econômica neoliberal cada vez mais incisiva. Além disso, evidencia um novo quadro com fortes indícios de relações neocoloniais engendradas pelas multinacionais e pelo capital estrangeiro que, ao invadir novamente o continente, negligenciam as relações locais entre os indivíduos, suas culturas e, principalmente, o meio ambiente.

Dessa maneira, entre as políticas que definem o Projeto Pró-Savana, uma parceria entre Brasil e Moçambique, está a instalação da Companhia Mineradora Vale e a consolidação de monoculturas em Moçambique, impactando concretamente nas populações locais, obrigadas a se deslocarem das regiões onde sempre viveram para dar lugar às estradas de ferro. A província do Tete, ao norte de Moçambique, é um exemplo evidente dessa política de exploração em curso, cujo protagonismo coube e cabe ao Brasil, ainda que isso esteja travestido da reiteração de laços históricos com o continente africano.

Diante disso, a produção de Mia Couto se insere em um projeto literário cuja dimensão socioambiental comprova um modo particular de intervenção política. Essa intervenção parece se coadunar, ainda, com uma perspectiva que aponta, utopicamente, para manutenção de um ecossistema que, ao diluir hierarquias herdadas do pensamento moderno-colonial-capitalista, põe em seu lugar alternativas que apontam para uma sensibilidade poética e modelos de ação política nos quais as diferentes formas de vida projetam um mundo para além da hegemonia do capitalismo predatório. Nesse sentido, desloca a excepcionalidade humana como elemento central das narrativas acerca do meio ambiente e considera uma constelação de seres que compõem o contexto material das populações rurais moçambicanas, nas quais, quase sempre em posição relacional, humanos, espíritos, animais e elementos da natureza estabelecem trocas e se retroalimentam.

Tal perspectiva deve ser pensada em relação a um quadro histórico que remonta a década de 1970. Esse período marcou a intensificação dos movimentos ecológicos, envolvidos em um clima anterior de “consciência ecológica” (VIOLA; LEIS, 1998), ancorado em eventos que discutiam os limites e consequências do desenvolvimento, a degradação do meio ambiente e a emergência do marco teórico da ecologia política, bem como de outros movimentos sociais que problematizavam os pressupostos do desenvolvimento econômico em escala global. Segundo Eduardo Viola e Héctor Leis (1998),

Os movimentos ecológicos são parcialmente herdeiros da cultura socialista e particularmente da crítica marxista da ética utilitarista (Ramos, 1981). O ecologismo critica o utilitarismo não apenas nas relações no interior da sociedade (como o faz o marxismo), mas também, e fundamentalmente, nas relações sociedade-natureza. (VIOLA; LEIS, 1998, p. 2)

Haveria, portanto, uma percepção dos problemas do meio ambiente no quadro do desenvolvimento engendrado pelo capitalismo. Nesse sentido, é preciso considerar as possíveis ligações entre os movimentos ecologistas e a crítica ao imperialismo, sobretudo no que diz respeito à ocupação territorial e sua lógica de consumo dos recursos naturais, na esteira da agenda de exploração humana, tudo isso articulado na engrenagem do capitalismo e suas estratégias de pauperização das terras e populações ocupadas. De acordo com José Augusto Pádua (2010),

A modernidade da questão ambiental — da ideia de que a relação com o ambiente natural coloca um problema radical e inescapável para a continuidade da vida humana — deve ser entendida em sentido amplo. Ela não está relacionada apenas com as consequências da grande transformação urbano-industrial que ganhou uma escala sem precedentes a partir dos séculos XIX e XX, mas também com uma série de outros processos macro-históricos que lhe são anteriores e que com ela se relacionam (dentro do jogo de continuidades e discontinuidades que caracteriza os processos históricos) [...] É o caso da expansão colonial europeia e da incorporação de vastas regiões do planeta, uma grande variedade de territórios e ecossistemas, a uma economia-mundo sob sua dominância. (PÁDUA, 2010, p. 83-84)

Com isso, o campo de debate sobre as questões socioambientais precisa ser considerado a partir das estratégias de desenvolvimento do capitalismo, tendo em vista as estratégias colonialistas em diversos contextos e as formas de imposição do paradigma desenvolvimentista, bem como as configurações ideológicas que se reproduzem no âmbito da cultura. Dessa forma, cabe problematizar a permanência dos padrões de subdesenvolvimento com sua face de exploração e com a manutenção das desigualdades, sistematicamente camufladas pelos poderes hegemônicos na periferia do capital, onde, naturalmente, a crise socioambiental se revela perene e ainda mais acirrada.

Terra Sonâmbula: um olhar socioambiental

Publicado em 1992, *Terra Sonâmbula* é o primeiro romance de Mia Couto. Sua importância histórica é ainda mais evidente se considerarmos que naquele mesmo ano chegava ao fim a Guerra dos 16 anos em Moçambique depois do acordo de paz assinado entre a Frelimo e a Renamo, deixando um saldo de milhares de mortos, além de um povo e de uma nação devastados pela violência inevitável da guerra.

Essa guerra foi resultado de um processo de desestabilização política iniciado logo após a independência do país, em junho de 1975, que conduziu a Frelimo ao poder, partido político de orientação marxista-leninista e apoiado, àquela altura, pela então URSS, confrontando, assim, os interesses da Renamo (partido apoiado pela Rodésia do Sul e África do Sul e, também, pelo imperialismo norte-americano) em relação à ascensão ao poder. Como se nota, o conflito, entre outras questões, foi marcado pela divisão histórica promovida pela Guerra Fria, na qual alguns territórios independentes africanos foram se tornando alvo de disputa e provocando uma profunda desestabilização política nas décadas seguintes às independências.

O referido romance tenta, através de um jogo de imagens profícuo e de uma linguagem mergulhada no imaginário local, sobretudo da população rural de Moçambique, flagrar as consequências da guerra, delineando aspectos da paisagem física e social. Nesse sentido, haveria uma espécie de espelhamento entre a condição psicossocial das personagens e o território que ocupam, cuja indicação geográfica oscila entre a precisão da nação, cujos limites e localização são definidos objetivamente, e a vinculação simbólica com a terra, na qual certa geografia afetiva se torna imperativa para o próprio delineamento das personagens.

Nas primeiras linhas do romance, destaca-se a descrição da paisagem, cuja representação vai além da configuração espacial, como poderia remeter à tradição de romances brasileiros da década de 1930 no Brasil, cujos aspectos marcadamente locais podem ser identificados. A cena descrita incorpora, portanto, inclusive no plano lexical, a condição adoecida da paisagem — local — criada pela guerra e, com isso, delinea uma dimensão socioambiental para a terra, que, simultaneamente, é palco e objeto de disputa do conflito enunciado na narrativa:

Naquele lugar, a guerra tinha morto a estrada. Pelos caminhos só as hienas se arrastavam, focinhando entre cinzas e poeiras. A paisagem se mestiçara de tristezas nunca vistas, em cores que se pegavam à boca. Eram cores sujas que tinham perdido toda a leveza, esquecidas da ousadia de levantar asas pelo azul. Aqui, o céu se tornaria impossível. E os viventes se acostumam ao chão, em resignada aprendizagem da morte.

A estrada que agora se abre a nossos olhos não se entrecruza com outra nenhuma. Está mais deitada que os séculos, suportando sozinha toda a distância. Pelas bermas apodrecem carros incendiados, restos de pilhagens. Na savana em volta, apenas os embondeiros contemplam o mundo desflorir.

Um velho e um miúdo vão seguindo pela estrada. Andam bamboleantes como se caminhar fosse seu único serviço desde que nasceram. Vão para lá de nenhuma parte, dando o vindo por não ido, à espera do adiante. Fogem da guerra, dessa guerra que contaminara toda sua terra. Vão na ilusão de, mais além, haver um refúgio tranquilo. Avançam descalços, suas vestes têm a mesma cor do caminho. O velho se chama Tuahir. É magro, parece ter perdido toda substância. O jovem se chama Muidinga. Caminha à frente desde que saíra do campo de refugiados. (COUTO, 2007, p. 7)

É possível acompanhar na citação o percurso das duas personagens em meio à conjuntura inóspita, encarnada na paisagem ao redor. Emerge, então, um cenário no qual a morte e a putrefação se lançam como antropomorfizarão da terra e da natureza, cuja metonímia é a estrada e sua letargia em resposta à ausência de caminhos possíveis. Verifica-se, ainda, a reiteração da contingência dos deslocamentos forçados dos refugiados. Nesse caso, a situação sem sentido da guerra se desdobra em temas e imagens que vão compondo uma articulação entre dinâmicas sociais e a relação com meio ambiente.

Ao analisar os conflitos associados à ecologia e à política que resultam em confrontos armados, Le Billon (2001) define os pressupostos do campo designado como ecologia política da guerra, considerando o modo como os conflitos armados em diversos contextos são motivados ou financiados pelos recursos naturais. Para tanto, avalia o período pós-Guerra Fria diante de um quadro histórico no qual emergiram conflitos armados em contextos de abundância ou de escassez de recursos. Todavia, a análise de Le Billon compreende um período histórico mais amplo e coloca em seu centro o problema da extração de recursos, considerando as diferentes escalas nas quais isso ocorre e alguns de seus efeitos:

Os conflitos contemporâneos ligados aos recursos estão enraizados na história da extração de “recursos”, sucessivamente traduzida pelo mercantilismo, capitalismo colonial e cleptocracia estatal. A disponibilidade na natureza de qualquer recurso, portanto, não é em si um indicador preditivo de conflito. Em vez disso, os desejos despertados por esta disponibilidade, bem como as necessidades das pessoas (ou ganância), e as práticas que moldam a economia política de qualquer recurso podem ser conflitantes, com a violência se tornando o meio decisivo de arbitragem. (LE BILLON, 2001, p. 563, tradução nossa)

No romance de Couto, as possíveis motivações ou a conjuntura social que alimentam os conflitos emergem pela ironia presente no discurso quer do narrador, quer das personagens. Um dado histórico importante a ser considerado são as relações de Moçambique com a mineração ainda no período do colonialismo, quando existia um fluxo

intenso de moçambicanos em direção às minas do Transvaal, região fronteiriça entre Moçambique e África do Sul. Eis a perversa articulação entre o governo colonial português e as companhias inglesas, responsáveis pela manutenção do trabalho contratado, modalidade de semiescravidão a que os trabalhadores moçambicanos eram submetidos por necessidade e/ou regulação das leis coloniais, no contexto de exploração da colonização.

Em diversos diálogos entre Tuahir e Muidinga, as razões da guerra são questionadas e a conclusão predominante é a de que há certo grupo que lucra com ela e com todos os seus efeitos nefastos, inclusive do ponto de vista da destruição da paisagem natural evocada como lugar dos antepassados e também da vivência cotidiana na qual gerações diversas estabelecem uma relação de mútuo aprendizado. A guerra, portanto, assim como sugere Le Billon (2001), parece alicerçada em forças muito mais complexas do que os beligerantes de fato, envolvendo dinâmicas de mercado e instituições políticas, agentes internos e externos, bem como suas agendas e interesses econômicos.

Entre o relato e a metáfora, Kindzu, personagem cujo ponto de vista é inserido na narração por meio de cadernos lidos por Muidinga, apresenta o quadro da guerra e a desordem social operada sobre as populações rurais, cujo vínculo com a terra ocorre de forma ainda mais incisiva:

O tempo passeava com mansas lentidões quando chegou a guerra. Meu pai dizia que era confusão vinda de fora, trazida por aqueles que tinham perdido seus privilégios. No princípio, só escutávamos as vagas novidades, acontecidas de longe. Depois os tiroteios foram chegando mais perto e o sangue foi enchendo nossos medos. A guerra é uma cobra que usa nossos próprios dentes para nos morder. Seu veneno circulava agora em todos os rios de nossas almas. (COUTO, 2007, p. 11)

E continua:

A guerra crescia e tirava dali a maior parte dos habitantes. Mesmo na vila, sede do distrito, as casas de cimento estavam agora vazias. As paredes, cheias de buracos de balas, pareciam a pele de um leproso. Os bandos disparavam contra as casas como se elas lhes trouxessem raiva. Quem sabe alvejassem não as casas, mas o tempo, esse tempo que trouxera o cimento e as residências que duravam mais que a vida dos homens. Nas ruas cresciam arbustos, pelas janelas espreitavam capins. Parecia que o mato vinha agora buscar terrenos de que tinha sido exclusivo dono. Sempre me tinham dito que a vila estava de pé por licença de poderes antigos, poderes vindos do longe. Quem constrói a casa não é quem a ergueu, mas quem nela mora. E agora, sem residentes, as casas de cimento apodreciam como carcaça que se tira a um animal. (COUTO, 2007, p. 14)

As citações trazem a complexidade do contexto da guerra. Essa, todavia, marca uma mudança temporal na qual insere novos sentidos para o tempo e o espaço. A sugestão de um conflito entre “fora” e “dentro” dimensionam a guerra num contexto geograficamente mais amplo, conduzindo a uma avaliação crítica por parte da personagem ao considerar que a guerra estaria associada à perda de privilégios. Esse cenário aponta criticamente para o quadro ambíguo no qual algumas elites africanas, após a independência, foram os principais atores em situações de corrupção, por meio das quais a condição colonizada permanecia com outras matrizes que reforçam os padrões de subdesenvolvimento das nações.

A indicação dos deslocamentos com a chegada da guerra insere, a um só tempo, duas temáticas que tangenciam a questão socioambiental. Por um lado, apresenta o contexto de saída forçada das populações locais que acabavam se aglomerando nos campos de refugiados, destituídos das terras às quais estavam vinculadas simbólica e materialmente. Por outro lado, insere as mudanças processadas no contexto da chamada modernidade, sobretudo no que tange à alteração das relações espaço-temporais que as populações rurais estabelecem com a terra que cultivam e garantem sua produção e reprodução social.

Sobre esses aspectos, vale destacar as reflexões de Okereke (2006) sobre justiça ambiental, a partir das quais algumas noções de justiça são consideradas para refletir sobre a atual conjuntura da crise ambiental em nível global, tendo em vista que o desenvolvimento econômico em curso tem contribuído para aprofundar desigualdades de toda natureza, além de considerar as responsabilidades que os países possuem face aos problemas ambientais contemporâneos. Os países pobres sofrem de forma peculiar com tais dinâmicas, sobretudo as populações camponesas que, com a frequente ameaça a suas terras, vivem em uma posição profundamente instável em relação ao direito inalienável à vida. Nesse sentido, ao indicar a incongruência entre os princípios legais e as práticas das políticas sobre a questão, o autor afirma que

O efeito disso na aspiração por justiça ambiental global é que, embora os textos do regime de governo acomodem várias referências sobre a necessidade de as partes serem guiadas pelos princípios da equidade na resposta aos problemas ambientais e, em particular, a necessidade de dar atenção específica às circunstâncias dos países em desenvolvimento, são as políticas que mais se aproximam das interpretações neoliberais da justiça que, em última análise, definem as regras básicas dos regimes, em grande parte para a desvantagem dos países pobres. (OKEREKE, 2006, p. 734, tradução nossa)

No quadro dos direitos humanos, por exemplo, a sociobiodiversidade daquelas populações que vivem no âmbito rural tem sido ameaçada por projetos hegemônicos que negligenciam suas especificidades e que estão interessados na expropriação de seus conhecimentos, principalmente se considerarmos que há um importante acervo referente à conservação ambiental. Zanirato e Ribeiro (2007), ao analisarem convenções e declarações que definem as noções de diversidade cultural e patrimônio, destacam o fato de que os conhecimentos e usos relacionados à natureza devem ser entendidos como patrimônio imaterial. Diante disso, a cultura deve ser considerada

[...] como elemento estratégico das políticas de desenvolvimento nacional e internacional e a importância dos conhecimentos tradicionais como fonte de riqueza material e imaterial, que são úteis à sustentabilidade. (ZANIRATO; RIBEIRO, 2007, p. 50-51)

Segundo Alier, “nos conflitos socioecológicos, diversos atores esgrimem diferentes discursos de valoração” (2007, p. 14). Em síntese, de um lado há os que defendem o crescimento econômico a todo custo em vez da redistribuição; do outro lado, há aqueles que demandam “uma valoração crematística das externalidades negativas” (ALIER, 2007, p. 14), isto é, incorporar os prejuízos ambientais de forma quantitativa a fim de pleitear compensações como estratégia para garantir a acumulação e lucrar a despeito das ameaças socioambientais. Haveria, ainda, os pobres que, com pouco poder político, “apelam para outras linguagens, ao discurso dos direitos humanos, ao valor da natureza para sobrevivência, aos direitos territoriais indígenas e à sacralidade de alguns espaços de vida” (ALIER, 2007, p. 14). A esse movimento o autor chamou de ecologismo dos pobres.

A história de “Matimati, a terra da água”, parte do livro *Terra Sonâmbula* (2007), é sintomática para a identificação de ecos do ecologismo dessa natureza na produção de Couto:

A vila se deitava no braço da água, parecia que estava ali mesmo antes de haver mar. O que testemunhei naquela povoação foram coisas sem hábitos neste mundo. Gentes imensas se concentravam na praia como se fossem destroços trazidos pelas ondas. A verdade era outra: tinham vindo do interior, das terras onde os matadores tinham proclamado seu reino. Consoante as pobres gentes fugiam também os bandidos vinham em seu rasto como hienas perseguindo agonizantes gazelas. E agora aqueles deslocados se campeavam por ali sem terra para produzirem a mínima comida. (COUTO, 2007, p. 34)

O quadro apresentado situa uma população fictícia cujos rumos se veem alterados pela chegada dos matadores. As pessoas e a paisagem têm sua gênese vinculada ao mar e

essas “pobres gentes” são justamente o alvo da expropriação das terras, impactando na sua própria sobrevivência. Essa complexa relação entre os sujeitos e o ambiente onde vivem, bem como as interferências processadas em meio aos conflitos políticos vividos desde a independência de Moçambique, ocupam uma posição central na produção ficcional e não-ficcional de Mia Couto.

Em um dos seus ensaios, o autor explora a misteriosa figura do guardador de rios para narrar a história de um antigo funcionário da hidrométrica que permaneceu realizando o controle caudal dos rios de Moçambique, apesar do interstício de tal projeto em virtude da guerra. Na narrativa, a meio caminho entre realidade e ficção, a figura do guardador fazia suas anotações com um pedaço de carvão em paredes da antiga estação hidrométrica. A perspectiva conservacionista engendrada pela personagem sinaliza para a reserva utópica que se mantinha a despeito da guerra, bem como para uma postura socioambiental que entende a interdependência entre os recursos naturais e a sobrevivência humana, cuja dinâmica requer equilíbrio.

Anos antes, na estrutura ficcional de *Terra Sonâmbula*, a personagem aparecia como o *fazedor de rios*, e assim se apresenta a narrativa de postura socioambiental:

Estava tão seguro que começara por escavar no chão da própria casa. Ruíram as paredes, desabou-se o teto. Os seus se retiraram em dúvida da sua sanidade. Idos os próximos, irados os distantes. O sujeito desafiava os deuses que aprontaram o mundo para os viventes dele só se servirem, sem ousarem mudar a sua obra. Mas Nhamataca não desistiu, covando no dia a noite. Foi seguindo, serpenteando entre vales e colinas, suas mãos deitando e renovando mil vezes as sagradas e calejadas peles. E agora, sentado na ribanceira, guarda com vaidade a sua construção. Aponta o fundo:

— *Vejam: já esponta um fiozozito de água.*

Tal aguinha nem se via. Havia, quando muito, um suor na areia do fundo. Mas os visitantes não contrariam.

— *E nome que ele vai ter?*

Nome que dera ao rio: Mãe-água. Porque o rio tinha vocação para se tornar doce, arrastada criatura. Nunca subiria em fúrias, nunca se deixaria apagar no chão. Suas águas serviriam de fronteira para a guerra. Homem ou barco carregando arma iriam ao fundo, sem regresso. A morte ficaria confinada ao outro lado. O rio limparia a terra, cariciando suas feridas. (COUTO, 2007, p. 52)

O rio aparece, em ambas narrativas, como metáfora que traduz a relação entre sujeitos e a natureza, inscrevendo uma alternativa de equilíbrio que reintegra o homem em um ecossistema no qual diversas formas de vida mantêm uma relação complementar. Em certa medida, o episódio evoca simbolicamente a capacidade dos homens de se

religarem à natureza, não como mera experiência bucólica, mas como agente em um processo de construção que passa pela conquista de uma consciência ecológica, humana e politicamente investida.

De modos distintos, as narrativas aqui analisadas trazem a problemática socioambiental encarnada nas histórias das populações locais de Moçambique. O uso abusivo dos recursos naturais, as migrações forçadas, os distúrbios provocados pela guerra e desequilíbrios dos ecossistemas emergem como cenários múltiplos da experiência colonial e de seus desdobramentos, problemas que se agravaram desde a independência e cuja intervenção, acionada no âmbito da ficção, imprime outras perspectivas críticas em relação aos princípios e valores do sistema colonial-moderno-capitalista (QUIJANO, 2005). Sob o viés crítico, a sociedade contemporânea é colocada diante de sua diversidade biológica e cultural em meio às ameaças que, em nome do avanço sistêmico e predatório do lucro, aprofundam a degradação ambiental e das vidas que reivindicam um contexto de maior equilíbrio e aberto a trocas de natureza diversa.

Além disso, a ecologia política, como ferramenta teórico-crítica, estimula o interesse pelo imaginário no qual as “metáforas da ecologia” colocam um novo paradigma de conhecimento e a construção de uma consciência de resistência é gestada no interior do neoliberalismo (LEFF, 2009). A partir desse prisma, a produção de Couto tem destacado os saberes locais e o modo como os elementos de determinados ecossistemas dialogam em meio às diversas temporalidades, atentando para o fato de que dinâmicas sociais traduzem ou motivam, em muitas medidas, os desequilíbrios ambientais que atravessam suas narrativas.

Referências bibliográficas

- ABDALA JR., Benjamin. *De voos e ilhas — literatura e comunitarismos*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- AHMAD, Aijaz. *Linhagens do presente. Ensaios*. 1ª. Ed. Tradução Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ALIER, Joan Martinez. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração*. Tradução Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.
- CABAÇO, José Luis. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. 475f. Tese (Doutorado em Antropologia) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- COUTINHO, Eduardo F. Literatura Comparada: reflexões sobre uma disciplina acadêmica. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*. São Paulo, v. 8, n. 8, 2006.
- COUTO, Mia. *Pensatempos: textos de opinião*. 2 ed. Lisboa: Caminho, 2005.
- COUTO, Mia. *Terra Sonâmbula*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- COUTO, Mia. *E se Obama fosse africano?: e outras interinvenções*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- GARRARD, Greg. *Ecocrítica*. Tradução Vera Ribeiro. Brasília: Editora UNB, 2006.
- KI-ZERBO, Joseph. *Para quando a África?: entrevista com René Holenstein*. Tradução Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.
- LE BILLON, Philippe. The political ecology of war: natural resources and armed conflicts. *Political Geography*. Oxford, v. 20, p. 561-587, 2001.
- LEFF, Enrique. *Ecologia, cultura e capital: a territorialização da racionalidade ambiental*. Tradução Jorge E. Silva; revisão técnica Carlos Walter Porto-Gonçalves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- OKEREKE, Chukwumerije. Global environmental sustainability: Intragenerational equity and conceptions of justice in multilateral environmental regimes. *Geoforum*. Newcastle, v. 37, p. 725-738, 2006.
- PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 24, n. 68, 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10468/12202>>. Acesso em: 14 jun. 2016.
- QUIJANO, Anibal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- VIOLA, Eduardo; LEIS, Héctor. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1998.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. 1 reimpressão. Tradução Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ZANIRATO, Silvia; RIBEIRO, Wagner Costa. Conhecimento tradicional e propriedade intelectual nas organizações multilaterais. *Ambiente & Sociedade*. Campinas, v. 10, n. 1, p. 39-55, jan.-jun. 2007.

Recebido em 29/09/2020
Aceito em 15/04/2021

ⁱ **José Welton Ferreira dos Santos Junior** é Professor de Literatura da Universidade do Estado da Bahia. Mestre em Estudos Étnicos e Africanos (UFBA) e, atualmente, é doutorando no Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa (USP).
E-mail: jwferreira@uneb.br

ⁱⁱ **Rejane Vecchia da Rocha e Silva** é Professora da Área de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, do Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, do Programa de Pós-graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades, na Universidade de São Paulo. Doutora pelo Programa de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa (USP).
E-mail: rejane.vecchia@usp.br